



Revista e-Curriculum

ISSN: 1809-3876

ecurriculum@pucsp.br

Pontifícia Universidade Católica de São
Paulo
Brasil

VERDUM, Priscila; MOROSINI, Marília; GIRAFFA, Lúcia
A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS
INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: POTENCIA
LIDADES E DESAFIOS NA VISÃO DE GESTORES

Revista e-Curriculum, vol. 15, núm. 1, enero-marzo, 2017, pp. 177-199

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
São Paulo, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=76650419010>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NOS INSTITUTOS FEDERAIS DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA: POTENCIALIDADES E DESAFIOS NA VISÃO DE GESTORES

VERDUM, Priscila *

MOROSINI, Marília **

GIRAFFA, Lúcia ***

RESUMO

Este artigo visa discutir potencialidades e desafios na formação inicial de professores para a Educação Básica, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs), a partir de uma pesquisa de natureza qualitativa, do tipo Estudo de Caso, realizada com gestores (pró-reitores, diretores de ensino e coordenadores de curso) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). A coleta de dados envolveu entrevista do tipo compreensiva e a interpretação deu-se com base na metodologia qualitativa da Análise Textual Discursiva (MORAES; GALIAZZI, 2007). Emergiram como potencialidades: a verticalização do ensino, aliada às diferentes esferas de aprendizagem; pesquisa e extensão; e a ação prática como geradora de conhecimento. Dentre os desafios, destacaram-se: a necessidade de uma identidade para as licenciaturas nos IFs, de diagnósticos sobre a situação dessas na instituição e a valorização da carreira docente. Os resultados revelaram que é preciso criar espaços de formação e reflexão para os professores formadores e desenvolver diagnósticos sobre os cursos de licenciatura no contexto dessas instituições.

Palavras-chave: Educação Superior. Contextos Emergentes. Institutos Federais. Licenciaturas.

* Pedagoga do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Canoas, Rio Grande do Sul, Brasil. Licenciada em Pedagogia (UFRGS) e Doutora em Educação (PUCRS). E-mail: priscilaverdum@hotmail.com

** Professora Titular Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordenadora do Centro de Estudos em Educação Superior CEES/PUCRS. Coordenadora da Rede Sulbrasileira de Investigadores da Educação Superior (RIES). Pós-doutora no Institute of Latin America Studies (LLILAS/UTexas). Pesquisadora 1A CNPq. E-mail: mariliamorosini@hotmail.com

*** Professora titular da Faculdade de Informática da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Pesquisadora e professora permanente do Programa de Pós-Graduação da Escola de Humanidades/PUCRS. Líder do Grupo de Pesquisa cadastrado no CNPq- ARGOS - Grupo de Pesquisa Interdisciplinar em Tecnologias Digitais e Educação a Distância. Pós-Doutora pela Universidade do Texas (Austin). E-mail: lucia.giraffa@hotmail.com

***THE TEACHER TRAINING FOR FUNDAMENTAL SCHOOL IN THE FEDERAL
INSTITUTES OF EDUCATION, SCIENCE AND TECHNOLOGY: POTENTIAL AND
CHALLENGES IN THE VIEW OF MANAGERS***

VERDUM, Priscila^{*}

MOROSINI, Marília^{}**

GIRAFFA, Lúcia^{*}**

ABSTRACT

This paper aims to discuss the challenges faced by K-12 teacher formation at Federal Institute of Education, Science and Technology (IFRS), and the potentials arose from this peculiar scenario. The research was conducted under a qualitative approach based on a Case Study. We interview vice-presidents, deans and course coordinators. In order to analyze the data we use Textual Analysis Discourse (MORAES; GALIAZZI, 2007). The findings showed us the need to go deep on institutional diagnostics regarding institutional identity, courses weaknesses and strengths, and also lectures and researcher's appreciation. Emerged as positive aspect (possibility to do more) the teaching vertical integration that allows to combine different levels of learning (undergraduate, graduate and lifelong courses). The results also showed the need to create spaces to improve teacher's formation and perform a research to better understand the role of such integration and its impact on all courses.

Keywords: Higher Education. Emergent contexts. Federal Institutes. Undergraduate Courses.

^{*} Pedagogy of the Federal Institute of Education, Science and Technology of Rio Grande do Sul (IFRS) - Canoas Campus, Rio Grande do Sul, Brazil. Graduated in Pedagogy (UFRGS) and PhD in Education (PUCRS). E-mail: priscilaverdum@hotmail.com

^{**} Full Professor Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul (PUCRS). Coordinator of the Center for Studies in Higher Education CEES / PUCRS. Coordinator of the Sulbrasileira Network of Higher Education Researchers (RIES). Post-doctorate at the Institute of Latin America Studies (LLILAS / UTexas). Researcher 1A CNPq. E-mail: mariliamorosini@hotmail.com

^{***} Full Professor, Faculty of Informatics, Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul. Researcher and permanent professor of the Postgraduate Program of the School of Humanities / PUCRS. Leader of the Research Group registered at CNPq- ARGOS - Interdisciplinary Research Group on Digital Technologies and Distance Education. Post-Doctorate from the University of Texas (Austin). E-mail: lucia.giraffa@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

A formação de professores para a Educação Básica, principalmente a partir da década de 1990, tornou-se alvo constante das políticas educacionais em âmbitos internacional, nacional e local; no Brasil, sobretudo, após a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96).

Nesse contexto de expansão de vagas para a formação docente, inserem-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs). Criados pela Lei nº 11.892, de 2008, entre outras finalidades, os IFs devem ofertar: “cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional” (BRASIL/LEI N.º 11.892/2008).

Nas origens da justificativa para que os IFs colaborassem com a expansão de vagas para formação inicial de professores, constavam dados publicados no relatório denominado “Escassez de Professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais”, produzido por uma Comissão Especial, formada por membros do Conselho Nacional e da Câmara de Educação Básica, instituída para estudar medidas que visavam superar o *déficit* docente no Ensino Médio, em 2007.

Nesse relatório, apontava-se a necessidade de 235 mil professores (aproximadamente) para o Ensino Médio, particularmente para as disciplinas de Física, Química, Matemática, e Biologia. Com base nessa informação, chegou-se à conclusão de que o quadro atual do Ensino Médio era bastante grave, pois o resultado poderia vir a ser um “apagão do Ensino Médio”. Ao final desse documento, foram apresentadas as estratégias para a superação da escassez de docentes, entre elas, a instituição de uma política nacional de formação de professores. Foi nesse cenário que os IFs, mediante um forte processo de expansão e interiorização, tornaram-se uma possibilidade estratégica, pois, ao integrarem essa política, obtinha-se maior abrangência numérica e espacial de oferta de cursos de licenciatura.

Com isso, dá-se um novo *locus* de formação docente, com pouca ou nenhuma experiência nesse âmbito, cujo histórico está relacionado à formação técnica e num cenário cujo modelo de formação ofertado nas Instituições de Ensino Superior (IES) vem sendo colocado em questão há algum tempo. Conforme Gatti, Barreto e André (2011), estudos de décadas atrás (CANDAU, 1987; MARQUES, 1992) já mostravam vários problemas na

consecução de propósitos formativos dos professores, entre os principais, a articulação da teoria e prática, situação que persiste. Mais recentemente, em pesquisa realizada sobre os currículos de cursos de licenciatura, Gatti e Nunes (2008) verificaram um desequilíbrio entre as disciplinas de conhecimentos específicos da área de formação e as disciplinas de conhecimentos específicos para a docência, espelhando mais a ideia de um “bacharelado” do que de um curso de formação de professor.

Diante do exposto, discutir sobre a formação inicial de professores para a Educação Básica, principalmente quando esta passa a acontecer em um novo *locus*, é fundamental, pois os IFs, não sendo um espaço tradicional de formação docente e com um modelo institucional com características peculiares – como a verticalização do ensino aliada à proposta da formação baseada no tripé ensino, pesquisa e extensão –, faz-se necessário a fim de refletir no tocante ao papel dos cursos de licenciaturas dentro dessas instituições e como esse modelo de IES pode contribuir para a qualificação da formação docente.

Com vistas a refletir sobre a situação-problema delineada, o questionamento elaborado neste estudo foi: Quais as potencialidades e os desafios no desenvolvimento da formação inicial de professores para a Educação Básica, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia? Para buscar respostas a essa questão, foram entrevistados gestores do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia em Educação do Rio Grande do Sul (IFRS).

2 A OFERTA DE CURSOS DE LICENCIATURA NOS INSTITUTOS FEDERAIS

Existem, atualmente, 38 Institutos Federais presentes em todos estados do país, oferecendo cursos de qualificação, Ensino Médio integrado, cursos superiores de tecnologia e licenciaturas.

Os Institutos Federais são instituições voltadas para o desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica, focalizadas na oferta de cursos de Ensino Médio integrado. Entretanto, outras demandas foram atribuídas aos IFs, como a obrigatoriedade de destinar o mínimo de 20% de suas vagas, em nível superior, para a formação docente.

Essas instituições podem ofertar cursos em duas diferentes esferas de formação: a básica e a superior e, ainda, disponibilizar a pós-graduação *lato sensu* e *stricto sensu*,

características que lhes conferem uma natureza singular na medida em que não é comum, no sistema educacional brasileiro, atribuir a uma única instituição a atuação em mais de um nível de ensino:

Essa organização pedagógica verticalizada, da educação básica à superior, é um dos fundamentos dos Institutos Federais. Ela permite que os docentes atuem em diferentes níveis de ensino e que os discentes compartilhem os espaços de aprendizagem, incluindo os laboratórios, possibilitando o delineamento de trajetórias de formação que podem ir do curso técnico ao doutorado (PACHECO, 2011, p. 13).

Quanto à oferta de cursos de licenciatura, destaca-se que a participação de instituições tecnológicas na formação docente não começa com os IFs. Tem tendo uma história pregressa nos Centros Federais de Educação e Tecnologia (CEFETs), cujos cursos de formação tinham como ênfase o professor que iria atuar na Educação Básica e profissional. Estudos realizados por Santos (2004), Silva (2006) e Alves (2009) acerca da implantação das licenciaturas nessas instituições apontam aspectos positivos, como a presença da interdisciplinaridade e a tentativa de articular teoria e prática; mas também destacam dificuldades nesse processo, como a insuficiência formativa para atuarem nas licenciaturas, dificuldades no acompanhamento da atividade de estágio e na execução de projetos de pesquisa, bem como fragmentação curricular, com oferta de disciplinas com carga horária reduzida.

Em função desses problemas já identificados na época dos CEFETs é que, em 2010, com vistas a discutir os objetivos e as características das licenciaturas nos Institutos Federais, ocorreram dois eventos: o Seminário Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais (Senalif), promovido pelo IF de Minas Gerais (em maio), e o I Fórum Nacional das Licenciaturas dos Institutos Federais (Fonalifes), promovido, em novembro, pelo IF do Rio Grande do Norte. Os eventos tinham como objetivo esclarecer o papel e os pressupostos das licenciaturas nos IFs. Do Fonalifes, resultou uma carta de recomendações/intenções: “A carta de Natal” (cujo início foi dado pelo Senalif), na qual há orientações para o processo de implantação e consolidação das licenciaturas no âmbito dos IFs.

Na referida carta, aponta-se para a busca de uma abordagem dos IFs que articule teoria e prática, fugindo de uma concepção tecnocrática para a formação de professores e para a formação nos demais cursos oferecidos por essas instituições. Entretanto, há dificuldades a serem superadas nesse sentido, especificamente, no âmbito das licenciaturas.

Com relação a essas dificuldades, Lima (2012) faz importantes considerações: uma delas é o fato de que a concepção por trás da inserção das licenciaturas parece estar pouco

preocupada com a qualidade; outra é de que essas instituições favoreceriam uma formação mais pragmática, menos teórica e pouco preocupada com aspectos políticos e éticos. Para a autora:

Com a consolidação dos IF como um *locus* de formação de professores, o que se pode concluir é que, nessas novas exigências do mundo do mercado, a formação de professores também é requerida em um novo modelo, mais pragmático, em consonância com as demandas produtivas, transformando os professores em multiplicadores de trabalhadores, com uma ideologia que favorece a manutenção do sistema capitalista. A partir daí se complementa que a concepção de formação de professores defendida nas orientações políticas, que se referem aos Institutos Federais, se aproxima das concepções pragmáticas, que valorizam de forma mais acentuada o conhecimento técnico (LIMA, 2012, p. 111).

Para Lima (2012), não ocorrem transformações nos IFs em função da presença das licenciaturas; ao contrário, elas estão sendo incorporadas sem uma maior reflexão.

Assis (2013), que estudou a implantação das licenciaturas nos IFs, relata a resistência que há, principalmente por parte do corpo docente, pois, para muitos, a oferta de cursos de licenciaturas foi considerada uma imposição da lei de criação dos IFs, havendo quem não a considere uma das finalidades dos institutos. A autora destaca, também, uma preocupação no relato dos estudantes referente à integração entre os conteúdos específicos das licenciaturas e os conteúdos pedagógicos, assim como ao perfil deles (a maioria trabalhador), o que dificultaria a participação em atividades relacionadas à pesquisa e à extensão, por conseguinte, comprometendo a formação. O estudo menciona como elementos positivos a organização pedagógica verticalizada e a territorialidade que dialoga com o regional, local, sintonizado com o global. Para a autora,

[...] os resultados dessa recente política ainda estão sob as expectativas de superação de antigos e novos desafios que se representam na necessidade de cumprir com novas concepções e diretrizes que legalmente se instituem em Rede na construção e a consolidação desse novo modelo de instituição de Educação Profissional e Tecnológica (ASSIS, 2013, p. 76).

Gomes (2013), que também estudou o processo de implementação dos cursos de licenciatura num instituto federal, acredita que o envolvimento dos IFs na formação docente tem mais um caráter imediatista, preocupado com números e estatísticas, com vistas a sanar a carência de professores no país, do que com a qualidade dessa formação. Dentre as principais

difficultades que podem estar influenciando, de forma negativa, a qualificação da oferta de cursos de licenciatura nos IFs, a autora destaca:

[...] a necessidade de construção e reestruturação da infraestrutura física e de recursos humanos, bem como da própria conformação administrativa, das concepções pedagógicas e dos documentos regulatórios; a insuficiência de professores para atender a implementação de forma plena; a formação insuficiente de alguns docentes para ministrar aulas nas Licenciaturas; a rotatividade de professores; a sobrecarga de trabalho; as mudanças de matriz curricular; as dificuldades nos procedimentos de licitação e a falta de pessoal técnico-administrativo para desempenhá-los; e, a morosidade dos concursos públicos (GOMES, 2013, p.145).

Entre as proposições da autora para a busca da qualidade dessa formação nos IFs está a necessidade de discussão sobre os indicadores de gestão e autoavaliação nas instituições:

[...] esta pode fazer uso de determinadas ferramentas para promover a melhoria da qualidade do ensino ofertado às Licenciaturas. Para tanto, necessita discutir e construir indicadores que ajudem realmente a diagnosticar a situação destes cursos. E ainda, precisa promover ampla discussão sobre a autoavaliação e a importância de uma participação mais efetiva de servidores e discentes (GOMES, 2013, p. 140).

As contribuições dos estudos referidos (LIMA, 2012; ASSIS, 2013; GOMES, 2013) são fundamentais para compreensão das principais questões que envolvem a oferta dos cursos de licenciaturas nos IFs, visto que a discussão sobre o tema é ainda incipiente.

3 METODOLOGIA

Com o objetivo de conhecer a avaliação de gestores de um instituto federal acerca da oferta de cursos de licenciaturas, foi realizada uma pesquisa de cunho qualitativo, do tipo Estudo de Caso no IFRS, no ano de 2014. A investigação ocorreu em dois *campi* que ofertam cursos de licenciaturas na instituição.

De acordo com as informações constantes no Guia de Cursos do IFRS (2014), a instituição contava com 110 cursos técnicos e superiores de diferentes modalidades em 12 *campi*. Das unidades implantadas, até o ano de 2014, oito delas tinham cursos de formação de professores, totalizando 1.102 alunos matriculados¹.

O curso de Licenciatura em Matemática era o com maior número de alunos, (432 estudantes) matriculados até o primeiro semestre de 2014, o equivalente a 39% do total de alunos das licenciaturas do IFRS, presente em quatro unidades da instituição², nesse período.

Os sujeitos dos *campi* envolvidos na pesquisa foram diretores de ensino e coordenadores de curso de duas unidades ofertantes do Curso de Licenciatura em Matemática: *campus* Caxias do Sul e *campus* Bento Gonçalves. A pesquisa ainda teve como sujeitos os pró-reitores de ensino, pesquisa e extensão.

A coleta de dados se deu por meio da entrevista compreensiva, cuja principal característica é:

[...] permitir a construção da problemática de estudo durante o seu desenvolvimento e nas suas diferentes etapas. Em razão disso, a entrevista compreensiva não possui uma estrutura rígida, isto é, questões previamente definidas podem sofrer alterações, conforme o direcionamento que se quer dar às investigações (ZAGO, 2003, p. 295).

As questões-chave que compuseram o roteiro de entrevista com os diretores de ensino, coordenadores de curso e pró-reitores foram:

- a) *Quais os aspectos positivos e desafios percebidos na oferta desses cursos, no âmbito dos IFs?*
- b) *Como a oferta dos cursos de licenciatura, no âmbito dos IFs, pode ser qualificada?*

Essas entrevistas foram gravadas e, posteriormente, transcritas. Para a construção da análise, a organização dos dados seguiu os procedimentos da Análise Textual Discursiva (ATD), a qual “[...] corresponde a uma metodologia de análise de dados e informações de natureza qualitativa, com a finalidade de produzir novas compreensões sobre os fenômenos e discursos” (MORAES; GALIAZZI, 2007, p. 7).

Para chegar às categorias finais, foram construídos quadros de análise a partir do material coletado buscando, com isso, as semelhanças e/ou diferenças nos discursos, por meio do seguinte processo:

- a) Fragmentação dos textos e codificação de cada unidade.
- b) Reescrita de cada unidade, de modo que assumisse um significado mais completo possível em si mesma.
- c) Atribuição de um nome ou título para cada unidade produzida.

Dessa maneira, o *corpus* de análise (transcrição das entrevistas) foi organizado em categorias e subcategorias, conforme o quadro 1, a seguir:

Categorias	Subcategorias
Potencialidades	<ul style="list-style-type: none">• Verticalização do ensino• Fomento a diferentes esferas de aprendizagem (ensino, pesquisa e extensão)• Ação prática como geradora de conhecimento
Desafios	<ul style="list-style-type: none">• Identidade institucional para as licenciaturas• Diagnósticos sobre a situação dos cursos de licenciatura da instituição• Valorização da carreira docente

Quadro 1 – Categorização da Pesquisa

Fonte: As autoras (2015).

4 A FORMAÇÃO INICIAL DE PROFESSORES PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA NO IFRS: A VISÃO DE GESTORES

Com base nas categorias e subcategorias descritas no quadro 1, da seção anterior, oriundo da análise dos elementos convergentes e divergentes que surgiram a partir da fala dos sujeitos da pesquisa entrevistados (gestores do IFRS), apresentam-se as discussões, iniciando com as *Potencialidades*:

- **Verticalização do ensino**

Ao falar em verticalização, inicialmente, remete-se a duas questões: à possibilidade de atuação docente nos diferentes níveis e as modalidades abarcadas pelos IFs, o que permite ao aluno construir o seu itinerário formativo nessas instituições desde o ensino técnico até a pós-graduação. Além disso, tal característica remete à possibilidade de integração curricular, por meio do tripé *ensino, pesquisa e extensão*.

Encontram-se reflexões sobre o significado e a potencialidade da verticalização do ensino, basicamente, nos Projetos Pedagógicos Institucionais (PPIs) dos institutos federais, e nos documentos da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). No PPI do IFRS, há um tópico específico, dentro do capítulo das políticas de ensino, que aborda a verticalização. Nesta parte do documento, ressalta-se que:

A partir da verticalização do ensino, a circulação e a interlocução dos saberes entre os diferentes níveis pode ocorrer com maior ênfase através de projetos integradores, eventos, flexibilização das organizações curriculares. A verticalização do ensino também pode possibilitar que os educandos realizem seus estudos, progredindo na área de formação inicial na mesma instituição, possibilitando desta forma a construção e reconstrução contínua de saberes (PPI – IFRS, 2011, p. 25).

De acordo com o documento do Ministério da Educação – MEC (2010, p. 27) que apresenta a proposta dos IFs, com a verticalização:

[...] os profissionais têm a possibilidade de, no mesmo espaço institucional, construir vínculos em diferentes níveis e modalidades de ensino, em diferentes níveis da formação profissional, buscar metodologias que melhor se apliquem a cada ação, estabelecendo a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Assim, um dos principais ganhos que se pode ter com esse arranjo estrutural dos IFs, que atende a diferentes níveis e modalidades, é a possibilidade de o corpo docente transitar pelos diferentes níveis e haver propostas pedagógicas que os integrem. Tal possibilidade, referente aos cursos de licenciatura, parece especialmente interessante porque permite a interlocução com a Educação Básica, tanto por parte dos alunos quanto por parte dos professores formadores, abrindo o novo horizonte relativamente às propostas formativas e à possibilidade de inovação pedagógica. É essa a perspectiva que tem o Pró-Reitor de Ensino da Instituição:

Veja a riqueza do espaço de formação que nós temos, e acho que nos cabe é saber se utilizar disso, não é? É saber como construir esse processo de integração das licenciaturas com os outros cursos, sobretudo os cursos integrados. Porque veja que nós estamos num laboratório vivo onde o estudante da licenciatura pode tranquilamente contribuir com aulas de reforço, com apoio aos professores dos cursos integrados. Por outro lado, o professor do curso integrado, o professor de Matemática lá do curso integrado, ele dá aula na licenciatura. Ele transita, exatamente, ele transita, ele tem essa noção da realidade do estudante do ensino médio, da educação básica e ao mesmo tempo ele vai trabalhar os seus estudantes, os seus acadêmicos lá da licenciatura, exatamente, essas temáticas. Então é uma questão de nós construirmos esses espaços de integração e de interação dos diversos níveis que nós atuamos (PRÓ-REITOR DE ENSINO – IFRS).

Outros sujeitos entrevistados também compartilham dessa visão positiva quanto ao potencial da verticalização do ensino na formação de professores:

Eu acredito que os Institutos Federais têm condições totais de oferecer as licenciaturas e, ainda, com uma propriedade maior que é conseguir ter na mesma instituição outros níveis de ensino. Tu estás preparando, estás auxiliando na formação daquele professor que vai atuar lá nos anos finais do ensino médio, que vai atuar nos anos finais de ensino fundamental, no nosso caso. E eles podem inclusive partilhar experiências com os alunos de ensino médio aqui dentro da própria instituição (DIRETORA DE ENSINO – CAMPUS CAXIAS DO SUL).

A estrutura verticalizada da instituição pode não ser apenas um “laboratório” para os licenciandos, mas um meio de os próprios professores formadores reverem suas práticas, em função de atuarem no nível de ensino para o qual estão preparando docentes. Tal aspecto também foi salientado como uma potencialidade em alguns estudos sobre as licenciaturas nos IFs (FLACH, 2012; PANSARDI, 2013; FLORES; LAMB, 2013). No entanto, esse mesmo ponto foi visto de maneira negativa por outros pesquisadores, que entendem que este largo espectro de atuação dos IFs poderia comprometer a qualidade dos cursos ofertados, inclusive da própria licenciatura (SOUSA; BERALDO, 2009; SOUSA, 2011).

- **Fomento a diferentes esferas de aprendizagem: ensino, pesquisa e extensão**

O IFRS, conforme destacado tanto por gestores quanto por coordenadores de curso, possui abundância na oferta de atividades extracurriculares, como bolsas de iniciação científica, monitorias e projetos diretamente ligados à docência:

Os alunos que têm envolvimento maior, tipo com o PET, com o PIBID, eles conseguiram enxergar o quanto as questões pedagógicas discutidas na instituição, e até eles se envolvem mais nas discussões e escrevem mais, e leem mais sobre isso, a gente percebe do que os outros que não têm esse envolvimento. Então, eu acho que um ponto extremamente positivo é que, nos últimos anos, a gente tem tido essa abertura dos alunos para bolsa, para projetos (COORDENADOR DE CURSO – CAMPUS BENTO GONÇALVES).

[...] nós ainda conseguimos manter vários projetos. Então, por exemplo, como você já deve ter conversado com os coordenadores, nós temos o Programa de Educação Tutorial na Matemática, o PET – Matemática, nós temos PIBID na Matemática e na Física, nós temos Laboratório Interdisciplinar de Formação de Educadores, que é o LIFE da Matemática, Física e Pedagogia. Nós temos alunos, sete alunos, no PLI – Programa de Licenciaturas Internacionais em Portugal (DIRETOR DE ENSINO – CAMPUS BENTO GONÇALVES).

Na fala do diretor de ensino, detectamos que o IFRS oferta diferentes oportunidades extracurriculares com bolsa, isto é, com auxílios financeiros, entre elas: monitoria, projetos institucionais voltados à docência, como o Programa Institucional de Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID), programa instituído em 2007, mas efetivado só em 2009, que tem sido avaliado de forma positiva por pesquisadores (VERDUM, 2014), em função das possibilidades de aproximação teoria e prática.

- **Ação prática como geradora de conhecimento**

Em algumas falas dos entrevistados, surgiu o aspecto do foco na prática como um elemento que qualifica a oferta dos cursos de licenciatura nos IFs:

[...] o que eu percebo, assim, atuando dentro do curso de licenciatura em Matemática aqui, é que além de eles perceberem que o nosso foco esteja, talvez, um pouco além da universidade, o diferente, na questão de conteúdos curriculares, eu percebo que eles notam a diferença também da nossa preocupação enquanto à parte pedagógica, porque, na verdade, dentro de um curso de licenciatura, a matemática em si é extremamente importante, é óbvio que o licenciado em matemática tem que conhecer, tem que dominar, tem que saber muita matemática, mas só isso não basta. Então, essa preocupação de que além do estudante sair preparado para falar sobre matemática, ele também tem que saber ensinar matemática, e isso tem que ser pensado durante o curso, ou pelo menos ele vai iniciar esse pensar durante o curso, e ele vai aprender, efetivamente, na hora da vivência, mediado por um orientador, por um outro professor, enfim. Esse diferencial também, que essa preocupação que o programa de matemática contemple discussões pedagógicas da matemática, eu acho que isso nós estamos fazendo muito bem (DIRETORA DE ENSINO – CAMPUS CAXIAS DO SUL).

No discurso da diretora de ensino de Caxias do Sul, há uma fala afinada com aquilo que tem sido apontado por estudiosos, como Gatti e Nunes (2008): a necessidade de os cursos de formação docente estarem voltados para “o que?”, “como?” ensinar. A coordenadora faz uma comparação em relação às universidades, sem desmerecer esse tradicional espaço de formação docente, mas sinalizando que, talvez, um diferencial dos IFs seja a preocupação com a parte prática.

Existe a compreensão da instituição e do corpo docente quanto à necessidade de melhora da proposta curricular, na perspectiva de equilibrar as disciplinas pedagógicas com as disciplinas específicas, dessa forma, aproximando a teoria da prática. Essa preocupação tem ido para além do discurso, materializando-se em práticas, conforme cita a coordenadora do curso de Bento Gonçalves:

Eu acho assim, que a gente tem [...] Qual é a minha maior intencionalidade, eu acho que posso dizer isso, é aproximar o grupo de professores dessa questão, quer dizer, a gente não vai abrir mão de Cálculo, de Álgebra, de Geometria Analítica, de Equações Diferenciais, não é isso. Mas é tornar o mais próximo possível de uma prática pedagógica possível de ser adaptada na Educação Básica, não precisa ser tão distante a formação acadêmica da prática, eles não precisam sofrer esse baque tão grande quando eles chegam

na sala de aula, na escola. Então, garantir essa qualidade na formação acadêmica, mas também com o pezinho dentro da escola.

Essa reflexão da coordenadora do curso de Bento Gonçalves vai ao encontro do que Gatti, Barreto e André (2011, p. 90) colocam:

[...] a concepção tradicional de formação inicial de profissionais apenas como propedêutica, em forma teórica dissociada de experiências e conhecimentos adquiridos pela experiência de trabalho, não responde às necessidades de reconversão profissional que a contemporaneidade coloca.

Os aspectos até aqui abordados dizem respeito ao que foi salientado pelos entrevistados como potencialidades dos IFs na oferta de cursos de licenciatura. Percebe-se que a verticalização do ensino, característica própria dos IFs, é de fato percebida pelos gestores como um dos principais elementos potencializadores, pois cria condições para o alinhamento da teoria com a prática, dentro da própria instituição, não só para os estudantes dos cursos de licenciatura, mas, também, para seus formadores, que dia a dia têm contato direto com a realidade da Educação Básica.

Apesar de todo esse potencial dos IFs, muitas são as dificuldades a serem superadas, entre elas, o fato de, historicamente, as instituições das quais se originam estarem relacionadas à formação técnica, sem tradição na formação docente. Nesse sentido, precisam ser construídos o espaço e a visão de formação docente dentro dos IFs; e assim chegamos aos principais **desafios**, apontados pelos entrevistados:

- **Identidade institucional para as licenciaturas**

Em função não só de ser recente a criação dos IFs, mas da sua origem, que vem de instituições de diferentes formatos, a identidade dos institutos está em construção – realidade que incide sobre as licenciaturas que fazem parte desse contexto ainda em formação. A oferta de formação docente aparece de maneira mais complexa do que a dos demais cursos, tendo em vista a quase inexistente experiência nesse âmbito por parte dos IFs.

Essa construção da identidade passa, primeiramente, pela instituição como um todo: existe uma tendência a aproximar/comparar os IFs com as universidades. Tal comparação é inevitável, visto que os IFs têm características semelhantes às daquelas das universidades (atendem ao nível superior, trabalham numa perspectiva baseada no tripé *ensino, pesquisa e extensão*, são reguladas, supervisionadas e avaliadas pelos mesmos órgãos e instrumentos que o governo utiliza para as demais IES, dentre as quais, as universidades).

Morosini (2014, p.386) traz a ideia de *Contextos Emergentes da Educação Superior*, definido por ela como “configurações em construção na educação superior observadas em sociedades contemporâneas e que convivem em tensão com concepções preexistentes, refletoras de tendências históricas”, que é importante considerarmos ao discutir a questão da identidade dos IFs. Para a autora, “convivemos, ao lado do já existente, com novos formatos de IES, novos docentes, novos discentes, novos currículos, novas exigências da sociedade, do mercado, e da globalização à educação superior” (MOROSINI, 2014, p. 387).

Todavia, os IFs não são universidades ou, como coloca Sobrinho ([201-?], p. 6): “Se esse foi o ponto de partida, diferente deve ser o ponto de chegada”. Os institutos possuem características diferentes, como a verticalização, antes comentada, que confere possibilidades reais de inovação. Porém, não é fácil romper com a lógica daquilo que é conhecido, familiar, conforme um dos diretores de ensino coloca: “[...] a gente quer fazer algo diferente, mas a gente acaba, muitas vezes, caindo naquilo que as universidades fazem, ou que as universidades já faziam, dentro de seus cursos de licenciatura” (DIRETOR DE ENSINO – CAMPUS BENTO GONÇALVES).

Essa reprodução daquilo que já se conhece acaba aparecendo nos cursos de licenciatura:

Então, algumas perspectivas, elas vêm das universidades, porque foi onde os próprios docentes perpassaram a sua graduação, e acabam chegando aqui e, bom: então tem que ter tal disciplina, tal disciplina, não pode deixar de faltar [...] Quando a gente vê, a gente está com um currículo extremamente encharcado de uma parte técnica, pouco pedagógica, e ainda olhando para o curso como um curso que fosse de universidade, com se o nosso aluno tivesse tempo para fazer aquela disciplina e se dedicar exclusivamente àqueles componentes curriculares (DIRETOR DE ENSINO – CAMPUS BENTO GONÇALVES).

Nesse sentido, vemos que a consolidação de uma identidade institucional das licenciaturas nos IFs está imbricada com a construção da identidade da própria instituição, aspectos já apontados por Gomes (2013), o que torna essa questão ainda mais desafiadora.

Assim, o desafio da construção de uma identidade das licenciaturas exige uma reflexão coletiva sobre as características da instituição e das licenciaturas nesse contexto: o seu papel e as possibilidades de desenvolvê-la. A discussão sobre formação de professores, metodologia, didática, currículo, entre outros temas da educação, precisará ser desenvolvida e fortalecida pela gestão, o que implica, por exemplo, conhecer a realidade dos cursos de

licenciatura ofertados, tais como perfil dos estudantes, dados sobre evasão e sobre os egressos.

- **Diagnósticos sobre a realidade dos cursos de licenciatura**

Entre as principais preocupações com relação ao necessário diagnóstico da oferta de licenciatura pela instituição, está a evasão, realidade não só desses cursos. Segundo os gestores, trata-se de uma questão latente nos demais cursos de nível superior e nível médio e, de acordo com o Pró-reitor de Ensino, está-se “[...] fazendo esse movimento de estudo da evasão que também vai nos trazer alguns elementos para investigar, inclusive no plano de ofertas” (PRÓ-REITOR DE ENSINO – IFRS). Para o Pró-Reitor de Pesquisa, a evasão consiste num “problema gravíssimo”, por isso ele pensa:

[...] que está na hora de a gente parar de achar normal formar quatro de trinta e seis, né? Deve ter algum problema. Especificamente, Porto Alegre, e eu vejo, em alguns “campus”, eu acho que Caxias e Bento³, não é o caso da Matemática, o turno de oferta. O turno de oferta, licenciatura ofertada de dia, manhã ou tarde, eu vejo como um problema, eu acho que a gente tá errado ao fazer isso, e eu faço essa autocrítica, porque eu participei do processo lá [Porto Alegre], e está de manhã e está errado, na minha opinião. Só que mudar isso, os professores já estão nas suas rotinas pessoais adaptadas, a vida está estabelecida daquele jeito. E a evasão fluindo a cada semestre [...]

Segundo Morosini *et al.* (2011), no contexto brasileiro, há uma produção bastante escassa sobre o tema “evasão no Ensino Superior”, predominando investigações de natureza qualitativa; por conseguinte, carecendo das que se detenham em traçar um panorama abrangente da evasão na Educação Superior brasileira. O próprio conceito de evasão é complexo, pois abarca diferentes possibilidades (pode-se falar de evasão em relação ao curso, à disciplina, à instituição, ao nível superior ou, ainda, estar relacionada à mobilidade – troca de curso ou de instituição).

A evasão nos IFs ainda é pouco explorada, não havendo estatísticas oficiais. Nos apontamentos sobre a instituição, no Relatório do Tribunal de Contas da União (2012, p. 52), consta que:

Entre as conclusões da auditoria destaca-se a oportunidade de aperfeiçoamento do acompanhamento das taxas de evasão, de modo sistemático e desagregado para diferentes modalidades de curso, que possibilite o melhor diagnóstico desse problema e dê suporte à adoção de medidas mitigadoras. Também há necessidade de se intensificar os instrumentos disponíveis de suporte aos alunos com discrepâncias de conhecimentos e habilidades dificuldades e com maior propensão a evadir.

Hoje, o que se encontra sobre a evasão no Ensino Superior dos IFs são esparsos e isolados estudos sobre os cursos de algumas unidades. Referente aos cursos de licenciatura há, principalmente, estudos sobre o curso de Física (SOARES; PIRES 2010; ALMEIDA; SCHINMGUELE, 2011; SILVA *et al.*, 2012).

O IFRS tem um trabalho ainda incipiente no sentido de buscar compilar dados referentes ao perfil dos estudantes evadidos e soluções para esse fenômeno, não havendo estudo com dados consolidados cruzando informações sobre os *campi*. Gestores e professores já entendem a necessidade de construir tais informações com vistas a qualificar os processos nos diferentes níveis e cursos, inclusive nos de formação docente, mas ainda há um longo e necessário caminho a percorrer.

- **Valorização da carreira docente**

Alguns dos entrevistados atribuíram a determinados problemas com os cursos de licenciatura, como a evasão, o desinteresse dos alunos e o desprestígio da carreira docente:

[...] Pois é, eu acho que também é uma conclusão que em algum momento, se a gente observar um pouco do próprio censo da educação de ensino superior nós vamos observar o quanto em, sei lá, um período de 10 anos nós tivemos o crescimento de instituições de cursos de ensino superior. Agora, ao mesmo tempo a gente vai ver uma procura reduzida nas licenciaturas, as pessoas, hoje, preferem, sei lá, ir para uma engenharia. Se tem aptidão para as exatas, hoje, você vai escolher ser professor da Educação Básica ou fazer uma engenharia civil e ter um salário dez vezes maior do que um professor? Então, realmente, passa por essa questão da valorização (PRÓ-REITORA DE ENSINO – IFRS).

[...] Porque é isso, se as pessoas não vislumbrarem a profissão de professor como um atrativo... E aí tu ouves na imprensa todos os dias os professores que apanham em sala de aula, apanham dos pais, agora não apanham só dos alunos, apanham dos pais, desvalorizados, desmotivados. Então é muito difícil tu conseguir reverter essa imagem do professor mal pago, desvalorizado, sem condições de trabalho, enfim. Isso é uma cultura que já está entranhada na nossa sociedade [...] (PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO – IFRS).

Logo após a publicação dos principais resultados do Censo da Educação Superior 2013, colocava-se que, ao que tudo indicava, confirmar-se-ia a previsão do “apagão de professores”, previsão de 2007, feita no referido relatório sobre a Escassez de Professores no Ensino Médio. De acordo com reportagem sobre a queda de matrículas em licenciatura no país, de Vieira (2014), tal fenômeno ocorre pelo quarto ano seguido, demonstrando que é cada vez menor a quantidade de estudantes que procuram cursos de licenciatura. Na referida

reportagem foi destacado que as áreas mais problemáticas são Português e Matemática, que, desde 2010, tiveram o seu número de matrículas reduzido, com baixa de 13% e 2,3% respectivamente, até o ano de 2013. O jornalista ressaltou, também, outros cursos que registraram queda, como Física (-2,9%) e Biologia (-11%), e o fato de a área de Química ser uma das poucas cujo número de matrículas subiu nos últimos quatro anos (5%).

O que se verificou é que o problema da formação de professores para as áreas prioritárias (Matemática, Biologia, Química, e Física) está longe de ser resolvido, e a questão maior parece não residir na oferta de vagas. Assim, vemos que os desafios relacionados à formação docente vão muito além da oferta de vagas e dos esforços das instituições na qualificação dos processos formativos. Há uma questão de suma importância e que também precisa ser considerada: a valorização da carreira do magistério para a Educação Básica, que passa pela melhora da remuneração e das condições de trabalho do professor, com vistas a tornar a carreira mais atraente.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Institutos Federais apresentam uma estrutura diferenciada, visto que foram criados pela agregação/transformação de antigas instituições profissionais. Esse fato gera dificuldades, pois há aí culturas institucionais díspares e uma falta de clareza quanto à sua identidade e ao seu papel. Bueno (2012), ao analisar a política de criação dos Institutos Federais, e o Ensino Superior nessas instituições, aponta que essa política continua com problemas estruturais em face do pouco tempo de existência e constituição dos IFs por instituições tão heterogêneas. Todavia, o autor destaca que, pela sua grande capilaridade, eles têm contribuído significativamente para o processo de democratização do Ensino Superior no país.

Essas questões estruturais acabam por refletir em todas as esferas de atuação dos IFs, entre elas, a formação docente. Conforme mencionado, um dos principais motivos para que os IFs fizessem parte das políticas de formação de professores para a Educação Básica foi a possibilidade de expansão da oferta de vagas na formação inicial docente em áreas específicas (Matemática, Química, Física e Biologia), o que se obteve em função da pouca tradição na formação de professores. Assim, as licenciaturas carecem de uma identidade no contexto dessas instituições.

Com relação à experiência de implantação dos cursos de licenciatura no contexto dos Institutos Federais, até agora, pesquisadores como Sousa (2011) e Lima (2012) apontam que esses estariam formando professores numa perspectiva técnica-instrumental, baseada numa concepção pragmática, com o incentivo à pesquisa aplicada, voltada para os problemas do cotidiano da prática profissional; e relegando a segundo plano a formação teórica, aspecto importante para que o docente tenha uma ação crítica e consciente.

Assis (2013) e Gomes (2013) também identificam problemas, como o desequilíbrio entre as disciplinas específicas e as disciplinas pedagógicas nos Projetos Pedagógicos de Cursos e a falta de identidade dos cursos de licenciatura dentro de uma instituição de tradição técnica. Todavia, potencialidades têm sido destacadas e as autoras ressaltam a verticalização do ensino nos IFs e seu potencial para contribuir para uma formação docente que melhor articule teoria e prática com currículos integrados e práticas inovadoras.

Na avaliação dos gestores entrevistados para esta pesquisa, há desafios que vão ao encontro de alguns dos aspectos levantados por essas autoras, como a necessidade de uma identidade para os cursos de licenciaturas, mas a preocupação referente a uma proposta de formação que valorize a prática não é vista por eles como algo que possa comprometer a qualidade, pelo contrário. Conforme mencionado neste artigo, o equilíbrio entre teoria e prática é o maior desafio na formação docente; e o que tem preponderado nos discursos circulantes é a defesa de uma formação que não seja descontextualizada, com forte ênfase na teoria, em detrimento das questões de ordem metodológicas e didáticas. É a partir dessa perspectiva que os gestores compreendem a ação prática como geradora de conhecimento, um elemento positivo presente nas propostas de formação de professores do IFRS.

Ademais, para os gestores entrevistados, a formação docente dentro dos IFs encontra um meio positivamente profícuo em função da estrutura verticalizada do ensino. Acredita-se que esse diferencial possibilite que os docentes dos Institutos Federais tenham uma vivência pedagógica mais rica, pois deverão interagir com alunos e currículos de diferentes níveis e contemplar os nexos possíveis entre os diversos campos do saber, aliando ensino, pesquisa e extensão e desenvolvendo propostas curriculares inovadoras.

Enfim, temos um potencial, como aspecto positivo, que pode se manifestar, se houver estímulo, condições e/ou treinamento/formação adequados. A verticalização, aliada ao tripé ensino, pesquisa e extensão no IFRS constitui-se num contexto favorável à qualificação da

formação docente, todavia é preciso criar estratégias para que isso ocorra. Ao considerarmos os aspectos salientados pelos gestores do IFRS quanto às potencialidades e aos desafios na oferta de cursos de licenciatura, já podemos depreender algumas proposições, tais como a necessidade de construir uma concepção de formação docente, uma identidade para as licenciaturas, no âmbito dos IFs; pensar em maneiras de avaliar o processo e os resultados da formação dos licenciandos, de forma contínua e sistemática; refletir sobre como a verticalização pode, de forma concreta, contribuir para a qualificação do processo formativo dos professores, entre outras. Eis o desafio que os IFs têm pela frente.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, João Batista e SCHIMIGUEL, Juliano. Avaliação sobre as causas da evasão escolar no ensino superior: estudo de caso no curso de licenciatura em Física no Instituto Federal do Maranhão. **REnCiMa**, v. 2, n. 2, p. 167-178, jul./dez. 2011. Disponível em: <<http://revistapos.cruzeirosul.edu.br/index.php/rencima/article/viewFile/64/45>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ALVES, Rosilda Maria. **Processos de implantação e implementação dos cursos de Licenciatura em Matemática e Física no CEFET-PI**. 2009. 159f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, 2009.

ASSIS, Maria Celina de. **Licenciaturas nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia: implantação e desafios**. 2013. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. **Escassez de professores no Ensino Médio: propostas estruturais e emergenciais**. Brasília: MEC, 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/escassez1.pdf>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 1996. Seção 1, p. 27833. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Lei nº 11.892, de 29 de Dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: Brasília, DF, 30 dez. 2008. Seção 1, p. 1. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/11892.htm>. Acesso em: 25 nov. 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. **Um Novo Modelo de em Educação Profissional e Tecnológica: concepções e diretrizes**, Brasília, 2010. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=6691-if-concepcaoediretrizes&category_slug=setembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 nov. 2015.

BUENO, Daniela Gomes Martins. **A política de criação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e a conformação do ensino superior nessas instituições**. 2012. 125 f. Dissertação (Mestrado em Política Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2012.

CANDAU, Vera Maria. (Org.). **Novos rumos da licenciatura**. Brasília: Inep, PUC-RJ, 1987. 93 p.

FLACH, Ângela. Os cursos de formação de professores no instituto federal do rio grande do sul: algumas considerações iniciais. In: Anped Sul – Seminário de Pesquisa em Educação da Região, IX, 2012. **Anais eletrônicos...** Caxias dos Sul/RS, 2012. Disponível em: <http://www.portalanpedsul.com.br/admin/uploads/2012/Formacao_de_Professores/Trabalho/06_12_52_2150-7209-1-PB.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

GATTI, Bernardete; NUNES, Marian Muniz Rossa (Orgs). **Formação de professores para o Ensino Fundamental**: instituições formadoras e seus currículos. São Paulo: Fundação Victor Cevita, 2008.

GATTI, Bernardete; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá e ANDRÉ, Marli Eliza Dalmaz de Afonso. **Políticas docentes no Brasil**: um estado da arte. Brasília: UNESCO, 2011. 300 p.

GOMES, Daniela Fernandes. **Implementação de licenciaturas para a formação de professores da educação básica nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia**. 2013. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Brasília, Brasília, 2013.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL/REITORIA. **Guia de Cursos**. 1ª Ed. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/2014811105653688guia_de_cursos_site.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2015.

INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO RIO GRANDE DO SUL/REITORIA. **Projeto Pedagógico Institucional**, Bento Gonçalves, 2011. Disponível em: <http://www.ifrs.edu.br/site/midias/arquivos/201226102555931ppi_versao_final.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2015.

LAMB, Marcelo Eder; FLORES, Paulo Marcos. Diagnóstico sobre a formação de licenciados nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: ENEM – Encontro Nacional de Educação Matemática, XI, 2013. **Anais eletrônicos...** XI ENEM, Curitiba, 2013. Disponível em: <http://sbem.esquiro.kinghost.net/anais/XIENEM/pdf/1621_857_ID.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

LIMA, Fernanda Bartoly Gonçalves de. **A formação de professores nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia**: um estudo da concepção política. 2012. 282 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

MARQUES, M. O. A Reconstrução dos cursos de formação do profissional da educação. **Em Aberto**, n. 54, p. 43-50, 1992.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise Textual Discursiva**. Ijuí/RS: Editora Unijuí, 2007.

MOROSINI, Marília Costa *et al.* A evasão na Educação Superior no Brasil: uma análise da produção de conhecimento nos periódicos Qualis entre 2000-2011. In: Conferência LatinoAmericana sobre o Abandono na Educação Superior - CLABES, I, Nicarágua, 2011. **Anais eletrônicos...** Nicarágua, 2011. Disponível em: <http://www.alfaguia.org/wwwalfa/images/ponencias/clabesI/ST_1_Abandono/12_MorosiniM_Abandono_ESBrasil.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

MOROSINI, Marília Costa. Qualidade da Educação Superior em Contextos Emergentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 19, n. 2, p. 385-405, jul. 2014

PACHECO, Eliezer Moreira (Org.). **Institutos Federais: uma revolução na educação profissional e tecnológica**. São Paulo: Moderna, 2011.

PANSARDI, Marcos Vinícius. Um estranho no ninho: a formação de professores em sociologia nos institutos federais. **Revista Inter-Legere**, Rio Grande do Norte, n. 13, p. 235-249, jan./ago. 2013

SANTOS, Nelma Ferreira dos. **A formação inicial de professores de Física em Centros Federais de Educação Tecnológica: contribuições e críticas**. 2004. 164 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

SILVA, Luzimar Barbalho da. **A política de formação inicial de professores e a implementação do componente curricular prática profissional na licenciatura de geografia do CEFET-RN (1999-2006)**. 2006. 240 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Rio Grande do Norte, 2006.

SILVA, Milliane Passos da et al. Evasão escolar no curso de Licenciatura em Física: um estudo de caso no IFCE – Câmpus avançado de Tianguá. In: Congresso Norte Nordeste de Pesquisa e Inovação – CONNEPI, VII, 2012. **Anais eletrônicos...** Palmas/TO, 2012. Disponível em: <<http://propi.ifto.edu.br/ocs/index.php/connepi/vii/paper/viewFile/3710/2726>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SOARES, Christiane Assis Oliveira e PIRES, Luciene Lima de Assis. A formação de professores no Brasil e o curso de licenciatura em física do IFG Campus Jataí: um estudo sobre a evasão e a repetência. Semana de Licenciatura IFG – Câmpus Jataí, 7ª, Jataí, 2010. **Anais eletrônicos...** Jataí, 2010. Disponível em: <<http://www.jatai.ifg.edu.br/semlic/seer/index.php/anais/article/view/64/trabcompleto09>>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SOBRINHO, Moisés Domingos. **Universidade Tecnológica ou Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia?** [201-]. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/uni_tec_inst_educ.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SOUSA, Aparecida Gasquez; BERALDO, Tânia Maria. Cursos de licenciatura em ciências naturais nos institutos federais de educação, ciência e tecnologia. In: Congresso Nacional de Educação – EDUCERE, IX, 2009. **Anais eletrônicos...** Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1920_1102.pdf>. Acesso em: 25 nov. 2015.

SOUSA, Aparecida Gasquez. **Políticas de formação de professores da área de Ciências da Natureza:** uma análise do processo de criação e implementação da licenciatura em Biologia no Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Rondônia, Campus Colorado do Oeste. 2011. 134 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal do Mato Grosso, Mato Grosso, 2011.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. **Relatório de Auditoria.** Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Brasília, junho de 2012. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10635-relatorio-gestao-setec-2011-pdf&Itemid=30192>. Acesso em: 25 nov. 2015.

VERDUM, Priscila de Lima. O programa PIBID na avaliação dos pesquisadores do campo educacional: um estudo a partir dos trabalhos do Banco de Dissertações e Teses da CAPES e do Endipe (2010- 2012). In: Anped Sul, X, 2014, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** X Anped Sul, 2014. p. 1-21. Disponível em: <http://xanpedsul.faed.udesc.br/publicacao/trabalhos_completos.php>. Acesso em: 19 nov. 2015.

VIEIRA, Leonardo. Queda de matrículas em licenciatura no país gera temor de apagão na formação de professores. In: **O Globo** [online], Rio de Janeiro, 11 set. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/sociedade/educacao/queda-de-matriculas-em-licenciatura-no-pais-gera-temor-de-apagao-na-formacao-de-professores-13897981>> Acesso em: 25 nov. 2015.

ZAGO, Nadir. A entrevista e seu processo de construção: reflexões com base na experiência prática de pesquisa. In: ____; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira. (Orgs.). **Itinerários de pesquisa:** perspectivas qualitativas em sociologia da educação. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 287-309.

**Artigo recebido em 09/01/2016.
Aceito para publicação em 04/12/2016.**

¹ Dado referente ao primeiro semestre de 2014.

² *Campus* Bento Gonçalves, *Campus* Caxias do Sul, *Campus* Ibirubá e *Campus* Canoas.

³ Os *Campi* Caxias do Sul e Bento Gonçalves, na época da coleta de dados, ofertavam o curso de Licenciatura em Matemática no turno da noite.